

MECANISMOS COLETIVOS DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Arilene Maria Soares de Medeiros

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

arilenemaria.medeiros@gmail.com

Márcio Tarcísio Mendonça Ferreira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

marciotmf8@gmail.com

Carlos Gabriel Carlos Gabriel de Souza Lopes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

carlos1229gabriel@gmail.com

INTRODUÇÃO

As políticas de democratização da escola pública brasileira encontram suas bases fundantes a partir da promulgação da Constituição Federal (Brasil, 1988). A proposta de descentralização de poderes (gestão participativa) no âmbito das instituições educacionais tem sido robustecida por todo um arcabouço legal como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº 13.005/2014 além dos demais atos normativos expedidos pelos demais entes da federação.

Como estratégia de fortalecimento da gestão democrática, os ordenamentos supracitados preveem como medida estimulante à participação dos usuários da escola a criação dos órgãos colegiados como mecanismos coletivos de participação como conselho escolar, grêmio estudantil, associação de pais e mestres e conselho de classe, privilegiando o envolvimento dos representantes dessa comunidade escolar nessas instâncias democratizantes (Paro, 2016).

Objetivando analisar como esses mecanismos coletivos de participação na escola têm se constituído e contribuído para o fortalecimento da gestão democrática no cenário

público brasileiro, propomos ampliar essa discussão a partir da análise das produções acadêmicas disponibilizadas em repositórios digitais (no espaço temporal compreendido entre 2014 a 2024), adotando uma abordagem qualitativa, baseada na análise crítica das argumentações e das considerações presentes na literatura que fundamenta e respalda essa discussão.

DESENVOLVIMENTO

Ao considerar a questão do fortalecimento da gestão democrática a partir da participação da comunidade escolar nos destinos da escola pública brasileira, Paro (2016, p. 19) enfatiza que a criação e atuação dos mecanismos de participação coletiva na escola têm como finalidade “promover a partilha do poder entre dirigentes, professores, pais e funcionários e, de facilitar a participação de todos os envolvidos nas tomadas de decisões relativas ao exercício das funções da escola”. Para o autor, o envolvimento dos sujeitos representantes dos segmentos da comunidade escolar nesse processo participativo é uma condição indispensável ao fortalecimento da gestão democrática na escola.

Para uma melhor compreensão do que tem sido denominado pela literatura como “mecanismos de participação coletiva na escola”, também conhecidos como “órgãos colegiados” e “mecanismos democratizantes da educação pública”, apresentamos o quadro 1.

Quadro 1 – Mecanismos de participação coletiva na escola

Órgão colegiado	Definição
Conselho Escolar	Órgão colegiado que reúne representantes da comunidade escolar (diretores, professores, pais, alunos, funcionários e comunidade externa) para deliberar, consultar e fiscalizar as ações da escola, com o objetivo de garantir a qualidade do ensino e a gestão democrática.
Grêmio Estudantil	Organização de estudantes de uma escola que tem como objetivo representar os interesses coletivos dos estudantes, promover a participação dos alunos na vida da escola, o protagonismo estudantil e o fortalecimento da cidadania a partir do espaço escolar.
Associação de Pais e Mestres	Organização constituída por pais, responsáveis e professores de uma escola, com o objetivo de colaborar no desenvolvimento da instituição de ensino e na integração da comunidade escolar, promovendo a integração entre escola, família e comunidade.
Conselho de Classe	Reunião periódica na escola onde professores, coordenadores, diretores, representantes de pais e alunos, discutem e avaliam o desempenho dos alunos, definem estratégias para melhorar o processo de ensino-aprendizagem e tomam decisões sobre questões pedagógicas.

Fonte: Autoria própria (2025)

Os espaços de participação coletiva supracitados têm sido objetos de investigação da comunidade acadêmica produzindo reflexões que vão para além de suas instituições e aparato legal. Realizamos no mês de maio do corrente ano, uma pesquisa bibliográfica nos repositórios digitais da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CTDC) utilizando os descritores “Conselho Escolar”, “Grêmio Estudantil”, “Associação de Pais e Mestres” e “Conselho de Classe”, priorizando as produções acadêmicas delimitadas pelo espaço temporal compreendido entre os anos 2014 a 2024. Com cada descritor, realizamos uma pesquisa para saber quantos trabalhos temos disponíveis nos repositórios escolhidos. Os resultados encontram-se sistematizados no quadro 02 a seguir:

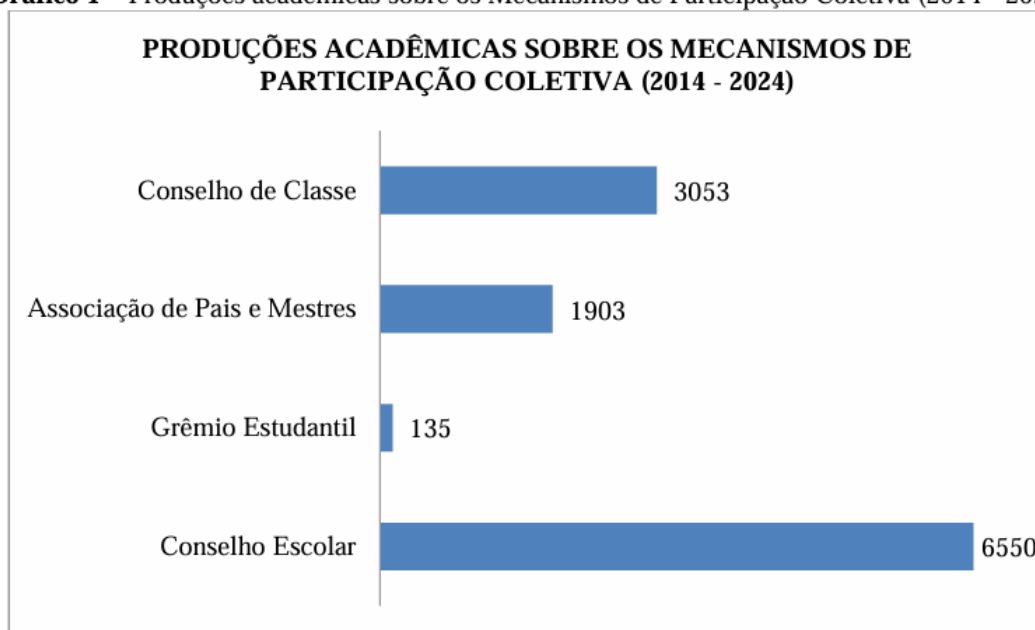
Quadro 2 – Produções acadêmicas sobre Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, Associação de Pais e Mestres e Conselho de Classe (2014 – 2024)

Descritores da pesquisa	Repositório	Resultado Geral	Dissertações	Teses
“Conselho Escolar”	BDTD	5.692	4.133	1.559
	CTDC	858	706	152
“Grêmio Estudantil”	BDTD	72	61	11
	CTDC	63	58	05
“Associação de Pais e Mestres”	BDTD	1.744	1.601	123
	CTDC	159	147	12
“Conselho de Classe”	BDTD	2.874	1.971	904
	CTDC	179	138	41

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2024)

Os achados acima corroboram as afirmações de Paro (2016), ao afirmar que, apesar de suas importâncias para a democratização da escola pública brasileira, nem todos os mecanismos de participação coletiva se materializam de forma uniforme. Isso se verifica a partir da amostragem das produções acadêmicas produzidas no Brasil no período de 2014 a 2024. O gráfico 1 apresenta a síntese dessas produções, permitindo uma leitura mais ampla do que tem sido produzido e discutido sobre os respectivos órgãos colegiados.

Gráfico 1 – Produções acadêmicas sobre os Mecanismos de Participação Coletiva (2014 - 2024)



Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2025)

De acordo com Paro (2016, p. 21), de todos os mecanismos de participação coletiva o Conselho Escolar (também denominado como Conselho de Escola) tem sido o órgão colegiado com maior proeminência. Os dados acima sinalizam o quanto esse mecanismo democratizante tem sido objeto de investigação nos programas de pós-graduação em nível nacional.

Sequencialmente, o Conselho de Classe tem experimentado “vida mais intensa” (Paro, 2016, p. 21); a Associação de Pais e Mestres (também conhecido como “Círculo de Pais e Mestres” e “Associação de Pais e Professores”) tem tido uma “existência meramente formal, pouco ou nada avançando em termos de uma efetiva participação dos usuários da escola” (Parro, p. 21).

Em última posição, não que seja menos importante, o Grêmios Estudantis tem sido pouco pesquisado. De acordo com Paro (2016), esse órgão de participação e representação estudantil tem se materializado “sem uma presença significativa que representasse uma participação efetiva e decisiva dos estudantes nas tomadas de decisão na escola”.

Dessa forma percebe-se que a política de criação dos mecanismos de participação coletiva na escola tem enfrentado avanços e retrocessos, isso se

considerarmos o que preconiza a Lei e o que se materializa, tomando como base de análise o Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE 2024 (Inep, 2024).

O referido documento apresenta os índices que nos permitem o acompanhamento do cumprimento da Meta 19 do PNE, denuncia que, no ano de 2023, apenas 41,5% das escolas públicas no país tinham em sua estrutura os referidos órgãos democratizantes. Ou seja, em quase quatro décadas de institucionalização das políticas de gestão democrática da educação pública no país, temos diante de nós desafios reais.

Diante disto, cabe-nos ampliar as discussões sobre o fortalecimento da gestão democrática da educação a partir, também, da implantação e valorização dos órgãos colegiados em cada unidade escolar estimulando a participação, o envolvimento e comprometimento dos sujeitos na ocupação dos espaços democratizantes em seus contextos locais.

CONCLUSÃO

Os dados oficiais do Ministério da Educação, bem como as pesquisas acadêmicas disponibilizadas nos repositórios digitais, permitem-nos uma visão panorâmica de como as políticas de valorização dos mecanismos de participação coletiva nas escolas com vistas ao fortalecimento da democrática da educação encontra-se delineada nos últimos anos.

Percebe-se que ainda existe um longo caminho a ser percorrido a fim de se cumprir o que prescreve a Meta 19 do PNE que define a gestão democrática como um processo que vai além da escolha dos gestores educacionais, mais uma ação mais ampla que, como estímulo à participação da comunidade escolar, incentiva o fortalecimento dos órgãos colegiados em cada instituição pública do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 mai. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14644.htm. Acesso em: 06 mai. 2025.

PARO, Victor. Henrique. **Crítica da estrutura da escola.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação – 2024.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em 06 mai. 2025.